

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

Pesquisa em Desenvolvimento Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor (interino)

Rui Vicente Oppermann

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P438 Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1 / Organizadores Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

320p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural – Metodologia da pesquisa. 3. Epistemologia – Pesquisa científica. 4. Estudos rurais – Metodologia da pesquisa. 5. Políticas públicas – Avaliação – Impacto. 6. Etnodesenvolvimento. I. Conterato, Marcelo Antonio. II. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. III. Schneider, Sergio. IV. Série

CDU 631.1:316.324.5:001.891

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0245-3

Espaços epistêmicos das ciências sociais na contemporaneidade

José Carlos Gomes dos Anjos

Não é consensual que um pesquisador em ciências sociais precise ter muita clareza epistemológica a respeito de seu empreendimento, até porque os congêneres das ciências naturais raramente a têm, o que não os impede de praticarem bem seus ofícios. Neste texto argumento que no momento atual das lutas em ciências sociais, quando o que está em jogo é a problemática do desenvolvimento, a revisão dos pressupostos epistemológicos é tão decisiva quanto são evidentes as imbricações entre as ciências sociais e os exercícios públicos de poder em nome do desenvolvimento. A dimensão epistemológica das ciências sociais é entendida aqui como o esforço para se 1) esclarecer os pressupostos ontológicos e gnosiológicos das escolhas teóricas do pesquisador; 2) discutir a especificidade do objeto das ciências sociais; 3) esclarecer como o conhecimento obtido através dos procedimentos teórico-metodológicos se justifica enquanto científico; 4) expor as implicações para a construção do objeto científico de engajamentos práticos do pesquisador na arena de disputa que estuda; 5) apontar as finalidades do conhecimento produzido em ciências sociais.

Obviamente, os modos de formulação de problemáticas tipicamente epistemológicas, a precisão e readequação que as questões muito gerais sofrem

no interior de cada campo epistêmico não está acima, mas já é parte do processo de construção de uma opção epistemológica. Sugiro, neste artigo, que as ciências sociais abrem-se, contemporaneamente, em cinco grandes espaços epistemológicos a partir dos quais regularmente se constrói uma imensa massa de objetos sociológicos, dentre os quais aqueles relacionados à temática do desenvolvimento. Delinearei ao longo do capítulo esses cinco espaços de dispersão de teorias e estratégias de construção de objetos científicos. Finalizarei o capítulo discutindo a urgência contemporânea de se praticar epistemologia política.

Não disponho de espaço para seguir as várias ramificações que configuram cada um dos espaços epistêmicos de que apenas posso delinear os contornos nucleares. Também não pretendo esboçar todas as estratégias que vêm sendo adotadas no interior de cada um desses espaços de construção de objetos sociológicos. Na medida em que os melhores trabalhos concretos em ciências sociais são esforços para se operacionalizar em um ou outro espaço epistêmico problemas e materiais específicos, mais do que tentativas de se situar na fronteira de comunidades epistêmicas com material empírico que experimente a hibridação das lógicas e estratégias subjacentes, os campos de conformações epistemológicas são tão paroquiais que tornam plausível este trabalho de reconstrução do “*a priori* histórico”¹ das ciências sociais na contemporaneidade.

○ espaço epistêmico bachelardiano

Chamo de espaço epistêmico bachelardiano a um campo de possibilidades de se fazer ciências sociais em que o que está em jogo é o desvendar de estruturas parcialmente ocultas aos atores de uma arena recortada como objeto de estudo. Bachelard é o filósofo francês que, entre as décadas de 1930 e 1950, desenvolveu, especialmente em observação à Teoria da Relatividade, uma epistemologia vigorosamente antipositivista; pretendia relativizar as conquistas científicas já feitas e fazer a apologia das descobertas que se estava a fazer, ao enquadrar os processos de produção de ciências em marcos históricos precedidos e sucedidos por rupturas epistemológicas. Cada região de saberes historicamente constituída conforma modalidades de produção de conhecimento científico que está sujeita a rupturas sistêmicas regulares. As rupturas são, portanto, modalidades renovadas de lutas contra o erro. Aqui uma dose de relativismo histórico e um

¹ Tal como se poderia depreender da Arqueologia do Saber, o *priori histórico* seria o espaço de regularidades enunciativas pelas quais objetos, conceitos, e estratégias de discurso se formam, impõem constrangimentos e injunções a se ver e a se dizer, próprios a uma época (Foucault, 1977, p. 144).

racionalismo vigoroso se aliam em um equilíbrio precário. Sob a injunção a provocar rupturas epistemológicas, os cientistas são idealizados pelos bachelardianos em operações sistemáticas de polêmica contra os tecidos resistentes de erros que portam as teorias anteriores ainda impregnadas de figurações do senso comum. A ciência, concebida como luta interminável contra os erros impregnados em uma figuração anterior do objeto, equaciona-se como uma fenomenotécnica insurgente contra a fenomenologia do senso comum; portanto o cientista se estabelece como um crítico do senso estabelecido.

Quando incorporadas pela sociologia (Bourdieu, Passeron, Castel, entre os principais representantes desse desdobramento sociológico de uma epistemologia que figurava inicialmente a física, a química e a biologia), as injunções à vigilância epistemológica conduzem o pesquisador a adotar um conjunto de regras quanto à construção do objeto de estudo que obedece a uma geometria que expõe e compreende, mas transcende as perspectivas sempre parciais e demasiadamente urgentes dos agentes inseridos em demandas práticas. O mundo social traduzido pela crítica bachelardiana é um mundo geométrico de forças em trajetórias de colisões mais ou menos previsíveis. A principal modalidade de desdobramento dos princípios epistemológicos subjacentes a esse espaço é a da reconstrução da trajetória de agentes e de problemas sociais, o que acaba culminando, nos melhores trabalhos empíricos, numa consistente história social de colisões de forças políticas, culturais e econômicas.

Particularmente bem adaptada à análise de espaços de concorrências políticas e culturais e em que se destaca a sobreposição de linguagens e sistemas de conhecimento, a principal estratégia de escritura do sociólogo crítico bachelardiano é a exposição dos processos de imposição de arbitrários culturais. A relação entre os atores, medida em termos de correlações de força, compreende as posições sociais como conformadas pela concorrência por recursos raros.

Em abordagens às arenas de políticas públicas, qualquer agenda de desenvolvimento social pode ser objetivada, colocada em uma perspectiva da história da gênese dos interesses e processos de legitimação e, portanto, relativizada. A reconstrução da gênese do dispositivo de políticas públicas permite correlacionar crenças dos mediadores, interesses mobilizados e procedimentos de racionalização incorporados de forma mais ou menos inconsciente pelos agentes. Exposta a uma hermenêutica da suspeita sistemática, toda a razão desenvolvimentista acaba sendo desvelada como a imposição de um arbitrário momentânea e precariamente vitorioso. Do mesmo modo, os críticos de um procedimento ou agenda desenvolvimentista podem ser objetivados por uma crítica mais contundente que aquela em pauta; trata-se da hipercrítica dessa sociologia sistematicamente alicerçada na historicização das lutas concorrenciais pela legitimação de versões

de destinos sociais. História social, etnografia e estatísticas são aqui utilizados como instrumentos de provocação de efeitos de ruptura com as figurações estabelecidas (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2000, p. 24).

A forte ênfase na historicização dos processos de racionalização implicados nas produções institucionais constrange o cientista bachelardiano quanto à possibilidade de se apresentar como o “super-realista” que validaria a mais razoável das posições em jogo na arena. A força dessa perspectiva que relativiza todas as posições em jogo em uma arena reside em sua exigência de autoconsciência, autojustificação e de reflexividade enquanto vigilância epistemológica. Sob a exigência de situar qualquer institucionalização como a instalação de um arbitrário cultural, o pesquisador exime-se de qualquer modalidade de intervenção enquanto alguém que esclarece a melhor posição técnica ou moral nas arenas de correlações de força que examina. A posição política do pesquisador é sempre primeiramente dependente da afirmação da autonomia necessária à lógica da busca máxima de conhecimentos sobre as fontes de legitimação da problemática pela qual se luta.

Trata-se, sob essa perspectiva, de se submeter o senso prático ao crivo da crítica nas arenas em que o papel de porta-voz esconde as contradições da tradução e da mediação de interesses, nomeadamente a necessidade de se fazer simultaneamente a apologia e a denegação dos conhecimentos e estilos de vida dos grupos dominados. Sob esse prisma faz-se ciência contra o senso comum, mesmo aquele estabelecido como científico.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt

E se não se jogar contra o senso comum as possibilidades científicas da crítica social? E se as potencialidades normativas das ciências sociais tiverem de ficar assentes sobre as experiências mundanas? Esse é o desafio antipositivista da tradição de teoria crítica da Escola de Frankfurt. A ênfase no esforço metodológico e interdisciplinar de uma análise científica das forças normativas de emancipação é o ângulo epistemológico, retomado há pelo menos três gerações de pensadores cruciais na Escola.

As experiências de sofrimento e suas consequências em termos de exigência para uma ordem moral racionalizada é, sob essa episteme, o ponto de partida. O espaço da teoria crítica acaba sendo o do desafio teórico de se ilustrar as condições de possibilidade de se erradicar o sofrimento derivado de desigualdades sociais racionalmente injustificáveis. Pela ênfase e confiança nas ciências sociais estabelecidas, em seus recursos heurísticos e em seu potencial

interdisciplinar, a Escola de Frankfurt se distancia das modalidades ortodoxas do marxismo. Ciente de que a teoria crítica é apenas uma dimensão intelectual do processo histórico de emancipação, o empreendimento de crítica científica se insere na carne do sofrimento e desenvolve a dimensão científica a partir das expressões ordinárias de uma quotidianidade de lutas sociais.

Em todas as versões da Escola, as experiências comuns de sofrimento podem ser alçadas a condição de base de vigorosos impulsos epistemológicos. Exigências de justiça que emanam dos lamentos quotidianos são submetidas a exames que vasculham sistematicamente suas debilidades e forças normativas. A análise sociológica se erige como o procedimento de formalização consistente dos lamentos ordinários em direção a uma sociologia crítica das patologias sociais relacionadas à deformação dos usos da razão sob os imperativos reificadores do capitalismo.

O momento epistemologicamente mais ousado do empreendimento frankfurtiano pretendeu fazer a teoria crítica aderir de tal forma ao acontecimento emancipador que a “dialética, cujo sentido literal é organon do pensamento, seria a tentativa de salvar de maneira crítica o momento retórico: aproximar a coisa e a expressão entre si até indiferenciá-las” (Adorno, 1975, p. 66). Mas a sedução de se amalgamar a análise sociológica às práticas emancipadoras não teóricas não encontra uma modalidade de realização satisfatória em nenhuma das gerações da Escola. Por si só, o mal-estar, demandas e queixas ordinárias não recebem o estatuto de dimensões constitutivas e exigentes de validação moral. Impõe-se, portanto, ao sociólogo o trabalho de trazer o mal-estar dos afetados a um patamar teoricamente elevado, a saber, lá onde pode ser um auxílio decisivo na escolha entre perspectivas de racionalização do devir social do mundo. Sobretudo em Habermas, a crítica teórica só se justifica na medida em que está imanente a uma racionalidade já presente na sociedade e que lhe serve de padrão. Nesse sentido a tarefa da teoria é a de reconstruir formas racionais de comunicação que podem servir de padrão para a crítica às patologias sociais.

Ao tomar a esfera pública como estrutura orientada pelo agir comunicativo excluindo desse espaço ações estrategicamente orientadas e instrumentalizadas em direção a fins, Habermas (1997, p. 91-121) purificou o espaço dos debates públicos a ponto de idealizá-lo como uma esfera orientada para o entendimento, em que o potencial emancipador da instância pré-científica de experiências mundanas fica inteiramente dependente do desenvolvimento de regras linguísticas – processo pensado por Habermas como racionalização comunicativa do mundo da vida. O que fica problemático neste ponto é a manutenção do vínculo entre exigências de um processo de racionalização comunicativa, entendido como desenvolvimento de regras linguísticas, e as

expectativas morais subjacentes às experiências ordinárias de reclamação por justiça, sobretudo por parte de atores sociais com identidades violadas (vide Honneth, 2009, p. 260).

Quando os atores não estão especializados culturalmente para articulação de suas experiências morais segundo dominantes parâmetros influenciados filosófica e academicamente, ainda podem participar do que Habermas concebe como desenvolvimento de uma racionalidade comunicativa? Diante da questão, na terceira geração da Escola de Frankfurt, a reabertura do potencial epistemológico e de emancipação das experiências cotidianas apresenta-se como uma pragmática dos conflitos por reconhecimento.

A par de levar a atenção aos conflitos de modo a desconstituir qualquer concepção harmônica de esfera pública, Honneth traz o mercado, particularmente o mercado de trabalho em suas dimensões normativas, para o exame sociológico e, portanto, para o escrutínio em suas fontes de moralização. A abertura para a análise sociológica 1) das dimensões pré-políticas da formação de esferas públicas e 2) do mercado de trabalho em suas exigências morais, tornam de novo pujante essa perspectiva epistemológica, quando o que está em jogo são interrogações sobre o porquê e como os atores se organizam para atuações políticas em situações de conflito que demandam deliberações racionais para o desenvolvimento social.

O desdobramento das discussões a partir de Habermas, Appel, Honneth, principalmente, permite toda uma agenda de pesquisas empíricas em torno de questões relativas à estruturação das esferas públicas como associações, assembleias, fóruns e outros espaços que oscilam entre o agonismo argumentativo e a deliberação consensual; sobretudo, emergem com contudência objetos relacionados às lutas por reconhecimento identitário; fica aberta ao escrutínio empírico a relação entre as desigualdades de distribuição de recursos e as possibilidades da deliberação em comum que as instituições democráticas prometem.

Quando aplicado às arenas de desenvolvimento, essa perspectiva epistemológica conduz comumente a sociologia ao exercício da medição das distâncias entre as situações reais de usos práticos da razão e as pretensões de validade e legitimidade que a deliberação e cooperação democrática idealmente exigem.

○ pós-positivismo: entre a racionalidade e a reflexividade da agência humana

O espaço epistêmico pós-positivista anglo-saxão resulta de um confronto indireto com o positivismo. A modalidade anglo-saxã do confronto

com o positivismo teve como contentores mais diretos e mais visíveis Kuhn e Popper e teve como repercussão a vigorosa abertura das ciências sociais para concepções menos deterministas da ação humana do que aquelas estabelecidas pelo estruturalismo e pelo funcionalismo da primeira metade do século XX (Giddens, 1978, p. 149-185; 1997, p. 169-240).

O principal efeito, nas ciências sociais, do embate Popper-Kuhn-Lakatos, foi a tematização da racionalidade e da reflexividade do ator como pontos de partida em direção a sociologias da ação. Três espaços de posicionalidades epistemológicas, nas ciências sociais anglo-saxônicas, tiveram entradas triunfais facilitadas pela querela epistemológica: saíram fortalecidos do debate, a fenomenologia hermenêutica portada por Schutz e desenvolvida na forma da etnometodologia por Garfinkel; o interacionismo simbólico formalizado como teoria sociológica por Blumer; e a Teoria da Escolha Racional que se estendeu a partir dos anos 1960 para subtrair parte importante do terreno hegemônico reservado ao funcionalismo conservador de Parsons.

Por um lado, Kuhn abre flancos, nas ciências sociais, para a entrada com força do pragmatismo americano e da fenomenologia como gramáticas para informar o registro complexo das possibilidades de ação na modernidade. A radicalização da vertente interpretativista hermenêutica, conjugada a uma modalidade de prática desconstrutivista (Derrida) de raiz bachelardiana, levou às versões idealistas do pós-modernismo.

Do outro lado da mesma trama epistemológica, na esteira de Popper, se desenvolveu uma virulenta crítica à cumplicidade entre o positivismo, o historicismo e concepções normativas de ação. Uma das posições fortalecidas nas ciências sociais pelo racionalismo falsificacionista popperiano é a Teoria da Escolha Racional.

No fim do século XX, simultaneamente contra a Teoria da Escolha Racional e contra as derivações idealistas do pós-modernismo, o desafio da conciliação entre a agência humana e estruturas abertas passa necessariamente por alguma versão de realismo que sustente a ideia de que estruturas existem independentemente das possibilidades de se conhecê-las. Levando em conta o construtivismo comumente associado ao rótulo da pós-modernidade, o realismo crítico se ergue concedendo que o mundo só pode ter descrições particulares e em termos de discursos disponíveis. Porém, enfatiza que há descrições melhores e piores justamente porque as estruturas do mundo são independentes do que sabemos delas.

Os sistemas sociais são necessariamente abertos porque as pessoas têm a capacidade de aprender e mudar de comportamento. Explicar a mudança em sistemas abertos implica em teorizar sobre mundos de “significados consti-

tutivos”, portanto dimensões do interpretativismo precisam ser incorporadas sem que se tenha que reduzir toda a vida social ao nível do significado como procede o construtivismo idealista que reduz o mundo social a textos. Não se pode ignorar que mudanças materiais acontecem mesmo que os atores não disponham das compreensões plenas dos processos envolvidos. A principal argumentação dos realistas críticos é a de que mesmo que a compreensão interpretativa seja uma dimensão indispensável da ciência social, isso não significa que não se deva buscar integrá-la em nexos de explicação causal.

Um resgate das dimensões sistêmicas do social que não abra mão do caráter indeterminado da agência humana acaba instaurando alguma modalidade de realismo crítico. Na Teoria da Estruturação (Giddens), princípios ontológicos do individualismo metodológico revelam-se compatíveis com uma hermenêutica schutziana em que as razões individuais são reconstruídas de modo a permitirem a explicitação da processualidade das rotinas. Seja pensado na forma da dualidade que amalgama agência e estrutura (Giddens) ou de dualismo que mantém as estruturas como domínio ontológico real, mas não necessariamente atual (Archer), a correlação entre estrutura e ação sobre o fundo pós-positivista tende a uma epistemologia realista. Esgueirando-se entre o individualismo metodológico e o funcionalismo, uma epistemologia realista tem buscado atribuir realidade tanto à agência humana quanto às estruturas que potencializam o devir das formas sociais. O resultado tem sido uma interessante definição (invenção) de um território irredutível ao cientificismo sociológico: uma concepção de pessoa cujas divisões internas são sociologicamente não tematizáveis a não ser enquanto conversação interna (Archer, 2001, p. 228). A consequência desse esforço para se manter a agência humana relativamente indeterminada e ao mesmo tempo se conceder peso a potencialidades causais de estruturas abertas é uma subtematização do inconsciente.² A epistemologia que emerge é uma modalidade de realismo crítico em que o sujeito da ação é relativamente indeterminado, a contingência histórica deve ser garantida, porém as estruturas são reais mesmo quando não atualizadas. Graças a um esforço para se produzir uma distinção ontológica entre o real, o atual e o virtual, estabelecem-se vínculos não inteiramente determináveis entre o inconsciente, as estruturas e as agências humanas. As estruturas ficam então definidas como conjuntos de elementos internamente relacionados

² Esse aspecto, particularmente evidenciado pelas críticas de Elliott ao conceito de inconsciente de Giddens (Elliott, 2003, p. 61) se estende às demais versões do realismo crítico anglo-saxão. O que na apropriação pós-estruturalista de Freud tem sido pensado como uma forma de alteridade perturbadora da unicidade do sujeito, sob o realismo crítico aparece como sendo apenas uma relação de si para consigo-mesmo, uma conversação interna.

cujos poderes causais, quando combinados, tornam-se objetos emergentes (Sayer, 2000, p. 14). Duas premissas sustentam essa modalidade de realismo: 1) que estruturas causais existem mesmo quando não as conhecemos; 2) que os acontecimentos sociais derivam de relações causais.

○ pragmatismo francês como ontologia sociológica rasa

Que tipo de realismo se desdobraria de um ceticismo quanto às premissas modernas de relações de causa e efeito? E se alguma metodologia permitisse que os acontecimentos fossem colhidos no modo como superam suas condições causais? Numa perspectiva frontalmente oposta ao realismo crítico se pode encontrar a sociologia que segue as atuações que compõem redes de heterogeneidades que configuram acontecimentos.

Paradoxalmente, é o antirrealismo do Programa Forte em sociologia das ciências que na década de 1980 potencializou essa outra modalidade radical de realismo. Ao apostarem na agenda segundo a qual a sociologia poderia ocupar-se tanto do contexto da descoberta científica quanto do conteúdo do conhecimento científico, os sociólogos das ciências da Escola de Edimburgo criaram as condições lógicas para a implosão do imperialismo construtivista da sociologia do conhecimento. Se a sociologia do conhecimento se dedica a relativizar os conteúdos da biologia, da física, da química, relacionando-os às causas e contextos sociais da prática científica, os próprios enunciados dos sociólogos são também conteúdos de ciência e que podem também ser relativizados a contextos sociais num processo infinito típico do círculo vicioso do relativismo. Na medida em que o princípio de tratamento relativizante dos conteúdos das demais ciências pode ser aplicado à própria sociologia, a real potência do acontecimento (não integralmente causado) emerge como a última barreira a um completo relativismo. Para se sair da aporia do relativismo sociologista, Latour convoca o construtivismo das ciências sociais a dissolver a oposição entre natureza e cultura e a romper com toda a concepção linear de causalidade. Sob essa dupla implosão é possível combinar um realismo que enfatiza que as coisas do mundo que se provam efetivamente existem e o construtivismo que assume que a agência humana é parte do processo de criação de regimes de provas de existências.³

³ Uma realização concreta dessa confluência de realismo e construtivismo pode ser encontrada no modo como Boltanski e Chiapello (2009, p. 133-194) apresentam a historicidade ontológica da emergência de um mundo conexcionista. O conceito de rede é sob essa confluência simultaneamente ético e ético.

Sob o princípio de simetria generalizada, a ruptura de Latour com o Programa Forte de sociologia das ciências abriu a agenda dos Estudos Sociais das Ciências para que os conceitos causais da sociologia pudessem ser simetrizados aos saberes da biologia, do direito, da religião e de todas as outras metafísicas não ocidentais. É como se de cada regime de existência devesse emanar os princípios de sua própria metafísica, irreduzível a qualquer sociologismo (busca de causas e contextos sociológicos subjacentes ao acontecimento em estudo). A sociologia é convocada a ser uma espécie de etnociência se não quiser mais ser uma ciência imperialista em relação aos demais regimes de existência de objetos que recobre. E a etnometodologia é aqui um recurso metodológico para se reconstruir regimes de comprovações de existências. Nunca se sabe com quantas redes já estabelecidas se tem que romper para que uma nova rede faça emergir novos seres e essa reconstrução etnográfica de tecidos de heterogeneidades é a sociologia das associações.

A ontologia específica à disciplina deve ser tão rasa que uma multiplicidade de metafísicas possa ser perspectivada sob um mesmo plano de imanência. É a opção por um agnosticismo generalizado: nenhum ente é, a menos que resista às provações que a metafísica de seu regime de existência lhe impõe (Harman, 2009, p. 22-23). Toda a existência precisa provocar interesses criando elos que suportem sua subsistência e cortando relações competitivas, portanto redefinindo, em relação ao estado anterior das coisas, o repertório e o alcance das atuações. A sociologia descreve essas atuações associativas que faz emergir coisas sempre em metamorfose. Portanto, não existe uma realidade em si mesma a ser tocada privilegiadamente pelas ciências, e existem realmente todos os seres que resistem as provações que se lhes impõem. Sob essa formulação agnóstica, rompe-se a ligação privilegiada das ciências modernas com a “natureza das coisas”.

O que se poderia produzir de conhecimentos sob o deslocamento da pretensão cientificizante de um acesso privilegiado à natureza das coisas – noção sempre subjacente às intervenções técnicas visando ao desenvolvimento? O discurso do desenvolvimento enquanto operador de mudança se constitui como um conjunto de aportes disciplinares da sociologia, da economia, da demografia, da geografia, ciências para se pensar o subdesenvolvimento enquanto situação passível de tratamento técnico-científico. Essas ciências, nos dispositivos do desenvolvimento, ocupam lugar similar ao da ciência médica em relação aos pacientes. Sob a perspectiva pragmática da sociologia da tradução, o saber do desenvolvimento como toda a ciência curativa moderna, pode ser considerado como o que Stengers (2002) denomina de “ficção”. O que está em jogo não é invalidar a eficácia de seus tratamentos, tão pouco

reduzi-los à condição de ficções entre ficções. Trata-se, no caso das ciências de curativas, de práticas que põem à prova de modo singular os seus enunciados, inserindo-os em cadeias metrológicas longas, e que são os meios de se fazer a diferença em relação às demais ficções. Entretanto, essa singularidade não faz as ciências curativas mais verdadeiras ou menos fictícias que os saberes que “desconsideram” como “charlatães”. Se as ciências do desenvolvimento são essencialmente metrológicas, se impõe lembrar que a medição provém da “extensão relativa das redes de medidas e de interpretação” (Latour, 2012, p. 117). Redes mais extensas em lugar de conteúdos mais verdadeiros seria a forma mais adequada de se contrapor saberes locais às ciências que de todo o modo também são locais, mesmo se seus conteúdos são transportados em redes que se estendem a nível planetário. Tratar as ciências que mais profundamente intervêm na carne do acontecimento humano como ficções é o modo como se dissolve sob essa episteme o pretensão privilégio da ciência moderna à natureza do real. Em lugar de uma Natureza exterior à Cultura que realegaria as culturas não científicas ao lugar de meras representações do real, temos de um lado modernos e do outro lado tradicionais apenas como coletivos constituídos de redes mais curtas e mais longas. O privilégio dos modernos reside em suas redes metrológicas longas que colonizam o mundo sob o pretexto da universalidade de suas premissas.

Mas construir uma ontologia (mesmo que rasa) para acolher as metafísicas dos “outros”, mesmo quando “diplomaticamente” acolhedora, não é dar continuidade a dimensão epistemicida da colonização europeia?

○ pós-colonialismo: do lado de fora?

Poderia outra formação discursiva emergir nas margens dessas configurações esboçadas acima? Geopolíticas marginais poderiam situar estrategicamente a modernidade de um modo tal que as ontologias modernas ocidentais não podem vislumbrar? Haverá realmente para as ciências sociais um lado exterior?

O pós-colonialismo é o espaço epistêmico que se esboça no fim do século XX como dobra exterior às ciências modernas ocidentais. Ao tomar a expansão europeia como o acontecimento que instaura a modernidade, abre-se a possibilidade de que a contemporaneidade se apresente a uma perspectiva nos interstícios do que a colonização fundou como a sua exterioridade.

A modernidade passa a ser vista estritamente vinculada à colonização do resto do mundo pela Europa. Mais do que outra meta-narrativa da modernidade, a perspectiva da colonialidade tende a uma ontologia histórica

assente nas perspectivas que emanam da colonialidade dos lugares. Por essa ontologia a cotidianidade se desvela como colonialidade do ser pelo poder que se globaliza e se faz hegemônico desde a expansão europeia do século XV ao capitalismo global atual. A epistemologia que se ergue assim desvela os limites da possibilidade do conhecer que a colonialidade encobre e também expõe a sua positividade enquanto produtora de tecnologias de governo colonizadoras.

A exposição dos efeitos epistemológicos da colonização passa a ser o núcleo do procedimento crítico de um pensamento geo-situado. A colonização de povos, territórios e saberes transformados em outros da Europa/América do Norte pode ser agora visto como intrinsecamente correlacionada ao estabelecimento de agendas de civilização, progresso e desenvolvimento como dispositivos de saber-poder. A dinâmica de invenção e reprodução de territórios como fronteiras renováveis do capitalismo em globalização permanente inventa subdesenvolvimentos locais como artifício e como vontade geo-política de domínio global.

A perspectiva da modernidade-colonialidade suspende a crença na necessidade do desenvolvimento e nos propõe o reconhecimento de que tal imperativo é forjado num espaço de relações de força ainda articulado às dinâmicas da expansão europeia do século XV. A analítica do desenvolvimento é, sob esse prisma, também uma ontologia da colonialidade do ser e do poder. A perspectiva da modernidade-colonialidade deve abrir brechas para a eclosão de saberes subalternizados enquanto contrapontos ao dispositivo do desenvolvimento.

A colonialidade do poder pode, portanto, sob essa perspectiva, ser percebida em profundidade no modo como estabelece modos de organização do tempo que são irreduzíveis às temporalidades dos lugares outrora colonizados e agora neo-colonizados. Os espaços de alteridade radical em relação ao paradigma ocidental do progresso devem, então, sob essa perspectiva pós-colonial serem resgatados como lugares de saberes subalternizados que podem orientar outras epistemes. Essa orientação para a renovação de paradigmas a partir de saberes locais é o núcleo central da agenda des-colonial. Consequentemente, o horizonte político de engajamento dessa abordagem são as modalidades ainda não inteiramente explicitadas de pós-desenvolvimento, do não capitalismo e de alter-natureza localizáveis na periferia do capitalismo globalizado e que podem se constituir como bases locais de redes alternativas mais humano-ecológicas do mundo.

O engajamento crítico da teoria nas arenas de intervenção desenvolvimentista passa a ser o horizonte interventivo da perspectiva. O desenvolvimento deixa de ser encarado como necessidade e deverá agora a ser vislumbrado como dispositivo de poder. O pós-desenvolvimento emerge no horizonte como a temporalidade intrínseca a uma cultura e a um ambiente que nunca

é apenas natural. Formas alternativas de constituição de naturezas-culturas se oferecem a essa perspectiva como agenda de etnografias focadas nos conflitos do desenvolvimento.

Conclusão

Ficaram de fora desta figuração esquemática as três maiores provocações às ciências sociais do século XX: o feminismo, as reconfigurações do marxismo ao longo do século XX e as desconstruções nietzschenas da metafísica da modernidade (particularmente inspiradas por Heidegger, Derrida, Deleuze e Foucault). Uma modalidade metafórica de evocá-las é considerá-las como as forças motrizes que impelem os cinco espaços epistêmicos para fora dos efeitos modernizantes do poder capitalista. Os cinco espaços epistêmicos aqui configurados estão em diferentes proporções compelidos por essas forças de fora (porque não se definem no interior do campo das ciências sociais).

Busquei argumentar que as ciências sociais contemporaneamente estilhaçam posições a partir de cinco focos centrífugos que as impelem para fora da metafísica da modernidade. Para delinear esses espaços epistêmicos busquei em cada um deles o núcleo da problemática que relaciona cientificidade e modernidade. As modalidades de formulação da lógica da distinção epistêmica revelam os termos de configuração do espaço. Assim, se pode encontrar nos termos de Popper, do problema da demarcação entre ciência e não ciência, o núcleo desencadeador de desafios que conduzem a sociologia anglo-saxônica das microsociologias da metade do século XX ao realismo crítico da virada ao século XXI. Esse espaço é aqui chamado de pós-positivista, pois se fortalece no confronto indireto das ciências sociais anglo-saxônicas contra o positivismo e que teve como frontais Kuhn e Popper. Argumentei que do confronto contra o positivismo resultou uma maior permeabilidade e justificação para as influências da fenomenologia hermenêutica (Husserl) e do pragmatismo americano (Mead, Peirce) nas ciências sociais, particularmente no espaço geopolítico anglo-saxão. Por um lado, correntes como a etnometodologia (Garfinkel), o interacionismo simbólico (Blumer) foram, pela demolidora crítica de Kuhn ao positivismo, fortemente autorizadas a reconstruções menos científicas da agência humana. Por outro lado, na esteira de Popper, a ontologia subjacente à perspectiva do individualismo metodológico, esboçada por Weber, ganhou versões de um cientificismo que hoje ainda informa grande parte das políticas públicas neoliberais, pós-neoliberais e as teorias dos movimentos sociais na vertente do escrutínio das estratégias de mobilização de recursos.

Contemporaneamente, o espaço sociológico anglo-saxão se redefine em versões de realismos críticos.

O contraste entre o senso comum e os objetos científicos é o problema desencadeador do espaço bachelardiano. Ao caracterizar, entre as décadas de 1930 e 1950, a descoberta científica como fenômeno-técnica, Bachelard deu vazão a um cientificismo mais inventivo do que realista, portanto suficientemente distanciado do cientificismo positivista. Bourdieu, Passeron e seguidores compuseram a estrutura metodológica para uma prodigiosa produção científica que reconstrói a subjetividade dos agentes a posterior a um laboratorial trabalho de construção do objeto científico; a sociologia se faz nos termos da contraposição entre a fenomenologia do vivido e as dimensões estruturais objetivadas e subjetivadas (como a alteridade no interior da subjetividade consciente). Assim, se recobriu, no espaço geopolítico francófono, os interstícios das múltiplas formas de passagem do subjetivismo ao objetivismo.

Numa comparação rápida dos dois espaços epistêmicos diria que o espaço pós-positivista anglo-saxão conduz a equações realistas para problemas com os quais os sociólogos classicamente têm lidado; o espaço bachelardiano é criticamente mais aguçado e politicamente mais estéril do que as versões do realismo crítico. Ambas seduzem por um cientificismo que não cede ao empiricismo.

No espaço intermédio de realismos críticos, a Escola de Frankfurt escava uma epistemologia nas queixas ordinárias relacionadas às patologias da modernidade. Nos três casos estão em jogo modalidades de realismos que o ocidente conquistou a par e passo à colonização do resto do mundo e do epistemocídio de outras metafísicas.

E se um deslocamento na geopolítica do conhecimento multiplicar os lugares de crítica social a partir de uma ontologia do colonialismo como o acontecimento moderno? Esse é o ensejo mais potente de diferenciação epistemológica de um espaço do pós-colonial. O resultado empírico mais concreto é que, mais intensamente do que nos debates inspirados pela Escola de Frankfurth, se pode questionar o conceito de esfera pública em suas dimensões geopolíticas. A realização empiricamente mais acabada do experimento dessa ruptura epistemológica pode ser encontrada no modo como a epistemologia do *Atlântico Negro* (Gilroy) se inspira no legado das músicas negras das Américas para questionar e ampliar a noção de esfera pública, saturando o abismo das partições ontológicas ocidentais que separam as dimensões da estética, das ciências, da política e do direito de modo a idealizar a intervenção pública como mais argumentativa do que performática.

E em relação à epistemologia bachelardiana, o pós-colonialismo tem a vantagem de uma ontologia de maior profundidade histórica do que a mera

reconstrução da historicidade da razão escolástica (Bourdieu, 1998). Porém, seus instrumentos e conceitos permanecem largamente dependentes dos desdobramentos operacionais das duas abordagens epistemológicas anteriores: a hermenêutica da Escola de Frankfurt e o historicismo bachelardiano (sobretudo na vertente inspirada por Derrida).

Em ruptura simultaneamente epistemológica e metodológica com os pressupostos da sociologia “moderna” se pode encontrar a ontologia subjacente à Teoria do Ator Rede: uma ontologia para abrigar uma multiplicidade de metafísicas. Sob essa perspectiva, a etnometodologia é operacionalizada para se seguir redes longas e contrapô-las a redes curtas; faz-se das situações de lutas cosmopolíticas entre modernos e não modernos o objeto privilegiado de uma nova sociologia.

Na medida em que as disciplinas científicas impregnaram o mundo das agências de desenvolvimento e os não ocidentais estão sob o desafio de simetrizarem seus saberes diante das ciências “ocidentais”, se poderia perguntar se o que lhes resta fazer não será necessariamente epistemologia política. A questão epistemológica crucial do pós-colonialismo ficou cristalizada na pergunta sofisticadamente elaborada por Spivak (1988): “pode o subalterno falar?” Essa questão crucial é respondida de forma quase sempre equívoca porque a pergunta não é complementada com a seguinte: falar sobre o quê? – a resposta deveria ser sim, desde que seja sobre as perspectivas dos não subalternos. A subalternidade poderia falar se convencionalizada a interpelar os sentidos do sistema simbólico ocidental-moderno por excelência – as ciências. A epistemologia política poderia ser então uma modalidade de se praticar ciências reversas; se abriria então como a agenda de pesquisas sobre as fissuras que desvelam o paroquialismo das epistemes contemporâneas. Poder-se-ia então experimentar como as convenções discursivas não ocidentais poderiam falar sobre os modos modernos de racionalização do mundo pensado como “o desenvolvimento” – essa crença “moderna” por excelência!

Referências

ADORNO, T. W. *Dialectica negativa*. Madri: Taurus, 1975.

ARCHER, M. *Being human: the problem of agency*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. A formação da cidade por projetos. In: _____. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. -C.; PASSERON, J.-C. *A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ELLIOTT, A. *Critical visions: new directions in social theory*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Vozes: Petrópolis, 1977.
- GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre a faticidade e a validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.
- HARMAN, G. *Prince of networks: Bruno Latour and metaphysics*. Melbourne: re.press, 2009.
- HONNETH, A. *Crítica del agravio moral: patologias de la sociedade contemporânea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- LATOUR, B. *Reagregando o social*. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PLEASANTS, N. *Wittgenstein and the idea of a critical social theory: a critique of Giddens, Habermas and Bhaskar*. Routledge Studies in Social and Political Thought. Londres: Routledge, 1999.
- SAYER, A. *Realism and social science*. London: Sage Publications, 2000.
- SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Ed.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: Chicago Press, 1988, p. 271-313.
- STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002